

## **DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO**

- Atos publicados na I e II Série –

### **NEWSLETTER DIGESTO Nº 08/2012**

**Disponibilização:** 23 de abril de 2012

**Período abrangido:** 9 a 20 de abril de 2012

#### **ÍNDICE TEMÁTICO**

**1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

- **SEGURANÇA INTERNA**

**2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- **SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
- **VITIVINÍCOLA**

**4. AMBIENTE**

**5. ASSOCIAÇÕES**

**6. COMÉRCIO**

**7. CULTURA**

**8. EDUCAÇÃO**

**9. EMPRESAS**

**10. FINANÇAS**

- **BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

**11. GOVERNO**

**12. HABITAÇÃO**

**13. JUSTIÇA**

**14. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

**15. OBRAS PÚBLICAS**

**16. QREN**

**17. REGIÕES AUTÓNOMAS**

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

**18. SEGURANÇA SOCIAL**

**19. TRABALHO**

**20. URBANISMO**

## **1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

- **SEGURANÇA INTERNA**

**Decreto n.º 7/2012, de 11 de abril**  
**(Ministério dos Negócios Estrangeiros)**

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste em Matéria de Segurança Interna, assinado em Lisboa, em 27 de setembro de 2011

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2012, de 17 de abril**  
**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a realização da despesa inerente à renovação do contrato-quadro de fornecimento de serviços de suporte da Rede Nacional de Segurança Interna, pelo período de um ano, bem como a sua prorrogação até 31 de dezembro de 2013

## **2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- **SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2012, de 12 de abril**  
**(Supremo Tribunal de Justiça)**

A mera instauração pelo Ministério Público de execução patrimonial contra o condenado em pena de multa, para obtenção do respetivo pagamento, não constitui a causa de interrupção da prescrição da pena prevista no artigo 126.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal

## **3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**

**Despacho normativo n.º 7/2012, de 11 de abril**  
**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura)**

Alteração ao despacho normativo n.º 2/2010, de 29 de janeiro, que aplica o art 68 do Regulamento 73/2009, que estabelece as normas de apoio específico a conceder aos agricultores.

**Despacho normativo n.º 8/2012, de 11 de abril**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Suspende a reversão para a reserva nacional da parte não utilizada dos direitos ao prémio por ovelha e cabra e à vaca em aleitamento

**Decreto-Lei n.º 91/2012, de 12 de abril**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Estabelece o regime de derrogações aplicáveis à comercialização de misturas de preservação destinadas a serem utilizadas na preservação do meio natural no contexto da conservação dos recursos genéticos, transpondo a Diretiva n.º 2010/60/UE, da Comissão, de 30 de agosto de 2010, que prevê determinadas derrogações à comercialização de misturas de sementes de plantas forrageiras destinadas a serem utilizadas na preservação do meio natural

**Portaria n.º 104/2012, de 17 de abril**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Suspende temporariamente certas condições de acesso e compromissos aos beneficiários da Medida n.º 2.1 «Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas», da Medida n.º 2.2 «Valorização dos modos de produção», da Ação n.º 2.2.1 «Alteração dos modos de produção», da Ação n.º 2.2.2 «Proteção da biodiversidade doméstica», de alguns apoios da Medida n.º 2.4 «Intervenções territoriais integradas» e da Ação n.º 2.3.2 «Ordenamento e recuperação de povoamentos», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, e prevê a intervenção das estruturas locais de apoio (ELA) na definição de orientações e na autorização de ajustamentos de compromissos mediante análise das situações concretas e a evolução da situação climática

**Portaria n.º 108/2012, de 20 de abril**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Altera o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 3.1, «Diversificação da Economia e Criação de Emprego», aprovado pela Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio, e altera o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 3.2, «Melhoria da Qualidade de Vida», aprovado pela Portaria n.º 521/2009, de 14 de maio

• **VITIVINÍCOLA**

**Portaria n.º 102/2012, de 16 de abril**

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território  
Estabelece regras aplicáveis na campanha vitivinícola de 2011-2012, no âmbito da medida de destilação de vinho em álcool de boca

**Decreto-Lei n.º 94/2012, de 20 de abril**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Revê o regime das taxas incidentes sobre os vinhos e produtos vínicos

**4. AMBIENTE**

**Decreto-Lei n.º 90/2012, de 11 de abril**

**(Ministério da Economia e do Emprego)**

Transpõe a Diretiva n.º 2009/126/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, relativa à fase II da recuperação de vapores de gasolina durante o

reabastecimento de veículos a motor nas estações de serviço, estabelecendo medidas destinadas a reduzir a quantidade de vapores de gasolina emitidos para a atmosfera

#### **Decreto-Lei n.º 95/2012, de 20 de abril**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º1221/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações situadas dentro ou fora da Comunidade num sistema comunitário de ecogestão e auditoria

## **5. ASSOCIAÇÕES**

#### **Despacho n.º 5193-B/2012, de 13 de abril**

**(Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Gabinetes dos Secretários de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Aprova a tabela de valores das prestações financeiras a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da AMB3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos

## **6. COMÉRCIO**

#### **Decreto-Lei n.º 91/2012, de 12 de abril**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Estabelece o regime de derrogações aplicáveis à comercialização de misturas de preservação destinadas a serem utilizadas na preservação do meio natural no contexto da conservação dos recursos genéticos, transpondo a Diretiva n.º 2010/60/UE, da Comissão, de 30 de agosto de 2010, que prevê determinadas derrogações à comercialização de misturas de sementes de plantas forrageiras destinadas a serem utilizadas na preservação do meio natural

## **7. CULTURA**

#### **Resolução da Assembleia da República n.º 52/2012, de 19 de abril**

**(Assembleia da República)**

Apoio à candidatura de Portugal à Dieta Mediterrânica incluída na Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade

## **8. EDUCAÇÃO**

#### **Despacho n.º 4913/2012, de 10 de abril**

**(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior)**

Esclarecimento sobre a aplicação da alínea b) do n.º 1 do artigo 33.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior

#### **Despacho n.º 5106-A/2012, de 12 de abril**

**(Ministério da Educação e Ciência - Gabinetes do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar e da Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário)**

Definição de um conjunto de normas relacionadas com as matrículas, distribuição dos alunos por escolas e agrupamentos, regime de funcionamento das escolas e constituição de turmas

**Portaria n.º 105/2012, de 17 de abril**  
**(Ministério da Educação e Ciência)**

Sexta alteração à Portaria n.º 550-D/2004, de 21 de maio, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação

**Despacho n.º 5305/2012, de 18 de abril**  
**(Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência)**

Cria, no âmbito do Ministério da Educação e Ciência, o grupo de projeto para acompanhamento da avaliação de alunos, abreviadamente designado por ProjAVI

**Despacho n.º 5306/2012, de 18 de abril**  
**(Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência)**

Cria, na dependência direta do Ministério da Educação e Ciência, um grupo de trabalho de reformulação das Metas Curriculares

**Despacho n.º 5384/2012, de 19 de abril**  
**(Universidade de Lisboa – Reitoria)**

Alteração às Normas Regulamentares do Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário

**Declaração de Retificação n.º 20/2012, de 20 de abril**  
**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Retifica o Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, do Ministério da Educação e Ciência, que regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e revoga o Decreto regulamentar n.º 2/2010, de 23 de junho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2012

## **9. EMPRESAS**

**Lei n.º 16/2012, de 20 de abril**  
**(Assembleia da República)**

Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 53/2004, de 18 de março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização

## **10. FINANÇAS**

**• BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES  
FINANCEIRAS**

**Decreto-Lei n.º 88/2012, de 11 de abril**  
**(Ministério das Finanças)**

Regula a integração dos trabalhadores do BPN - Banco Português de Negócios, S. A., BPN Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., BPN Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S. A., e BPN Serviços - Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, A. C. E., no regime geral de segurança social, quanto às eventualidades de invalidez, morte e doença, e determina os termos do financiamento para a cobertura das respetivas responsabilidades

**Lei n.º 16/2012, de 20 de abril**  
**(Assembleia da República)**

Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 53/2004, de 18 de março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização

## • QUESTÕES ORÇAMENTAIS

### Portaria n.º 103/2012, de 17 de abril (Ministério das Finanças)

Procede à revisão do calendário de implementação da estratégia e dos procedimentos a implementar até 2015, no âmbito da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela lei n.º 91/2001 de 20 de agosto

## 11. GOVERNO

### Despacho n.º 4862/2012, de 09 de abril (Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o grupo de trabalho para avaliação das fundações – GTAF

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2012, de 20 de abril (Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Relatório denominado «Estratégia para os pagamentos em atraso há mais de 90 dias»

## 12. HABITAÇÃO

### Portaria n.º 106/2012, de 18 de abril (Ministério das Finanças)

Regula o regime de financiamento da avaliação geral de prédios urbanos

## 13. JUSTIÇA

### Acórdão n.º 108/2012, de 11 de abril (Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma constante do artigo 494.º, n.º 1, alínea i), do Código de Processo Civil, quando interpretada no sentido de que a exceção dilatória do caso julgado abrange as ações não oficiosas de investigação da paternidade

### Acórdão n.º 110/2012, de 11 de abril (Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma do artigo 22.º, n.º 4, alínea b), da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 89/2009, de 31 de agosto, na medida em que prevê o montante de (euro) 38 500 como coima mínima aplicável às pessoas coletivas pela prática de contraordenação ambiental qualificada como muito grave

### Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2012, de 12 de abril (Supremo Tribunal de Justiça)

A mera instauração pelo Ministério Público de execução patrimonial contra o condenado em pena de multa, para obtenção do respetivo pagamento, não constitui a causa de interrupção da prescrição da pena prevista no artigo 126.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal

### Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2012, de 18 de abril (Supremo Tribunal de Justiça)

Visando o recurso a impugnação da decisão sobre a matéria de facto, com reapreciação da prova gravada, basta, para efeitos do disposto no artigo 412.º, n.º 3, alínea b), do

CPP, a referência às concretas passagens/excertos das declarações que, no entendimento do recorrente, imponham decisão diversa da assumida, desde que transcritas, na ausência de consignação na ata do início e termo das declarações

**Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 179/2012, de 19 de abril**  
**(Tribunal Constitucional)**

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas constantes do artigo 1.º, n.ºs 1 e 2, e do artigo 2.º do Decreto n.º 37/XII, da Assembleia da República (crime de enriquecimento ilícito)

## **14. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

**Decreto n.º 8/2012, de 12 de abril**  
**(Ministério dos Negócios Estrangeiros)**

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República do Peru sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, assinado em Lima em 7 de abril de 2010

**Despacho (extrato) n.º 5263/2012, de 17 de abril**  
**(Ministério dos Negócios Estrangeiros)**

Cria o Consulado Honorário de Portugal em Nairobi, dependente da Embaixada de Portugal em Maputo

**Despacho (extrato) n.º 5265/2012, de 17 de abril**  
**(Ministério dos Negócios Estrangeiros)**

Foi determinado que o Consulado Honorário de Portugal em Bangui, República Centro-Africana, seja integrado na área de jurisdição consular atribuída à Secção Consular da Embaixada de Portugal em Kinshasa

## **15. OBRAS PÚBLICAS**

**Aviso n.º 5680/2012, de 20 de abril**  
**(Ministério da Economia e do Emprego - Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.)**

Fixa os índices ponderados de custos de mão de obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro

**Aviso n.º 5681/2012, de 20 de abril**  
**(Ministério da Economia e do Emprego - Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.)**

Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2011, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro

## **16. QREN**

**Despacho n.º 5301-A/2012, de 17 de abril**  
**(Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social - Gabinetes dos Ministros de Estado e das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social)**



Cria, no âmbito dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social, a Comissão Técnica para a Reprogramação do QREN

## **17. REGIÕES AUTÓNOMAS**

### **• AÇORES**

#### **Declaração de Retificação n.º 19/2012, de 10 de abril** **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Retifica o Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2012/A, de 17 de fevereiro, da Região Autónoma dos Açores, que executa o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 35, de 17 de fevereiro de 2012

#### **Decreto Legislativo Regional n.º 18/2012/A, de 18 de abril** **(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2012/A, de 13 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012

#### **Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 11/2012/A, de 18 de abril**

##### **(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Resolve afirmar os interesses dos Açores em qualquer processo negocial relativo à utilização da Base das Lajes pelos Estados Unidos da América

### **• MADEIRA**

#### **Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/M, de 20 de abril** **(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)**

Define o regime jurídico da gestão dos bens imóveis do domínio privado da Região Autónoma da Madeira

## **18. SEGURANÇA SOCIAL**

#### **Decreto-Lei n.º 88/2012, de 11 de abril** **(Ministério das Finanças)**

Regula a integração dos trabalhadores do BPN - Banco Português de Negócios, S. A., BPN Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., BPN Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S. A., e BPN Serviços - Serviços Administrativos, Operacionais e Informáticos, A. C. E., no regime geral de segurança social, quanto às eventualidades de invalidez, morte e doença, e determina os termos do financiamento para a cobertura das respetivas responsabilidades

## **19. TRABALHO**

#### **Decreto n.º 8/2012, de 12 de abril** **(Ministério dos Negócios Estrangeiros)**

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República do Peru sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, assinado em Lima em 7 de abril de 2010

**Portaria n.º 107/2012, de 18 de abril**  
**(Ministério da Economia e do Emprego)**

Especifica as profissões regulamentadas abrangidas na área da economia e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais

## **20. URBANISMO**

**Decreto-Lei n.º 86/2012, de 10 de abril**  
**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Altera o Decreto-lei n.º 65/97, de 31 de março, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas